

Uma Rede Manca?

Reconhecimento seja feito aquele que foi, na minha opinião, o melhor ministro da cultura português Manuel Maria Carrilho que um dia se lembrou de promover não só a reabilitação de teatros que até então eram habitados apenas por morcegos e bichos da madeira como também a construção de novos espaços culturais por todo o país. A ideia é ideal para a situação actual do país que se vê desertificado pelo seu interior adentro de Norte a Sul e demonstra preocupação pelas pessoas que vivem no interior isoladas de actividades que os libertem mentalmente e momentaneamente das suas vidas cada vez mais tensas. Mas não é apenas no interior do país. Há zonas costeiras socialmente degradadas que não são minimamente servidas por actividades culturais sobretudo ao nível das artes performativas como é o caso da costa vicentina e alentejana e até mesmo certas zonas da costa algarvia, que devido à força do seu turismo de reconhecido nível internacional deveriam estar servidas de muitos e bons espaços culturais cheios de actividades anuais para os portugueses e também para os estrangeiros que nos visitam. Os turistas europeus estão na maioria dos casos habituadíssimos à vasta oferta cultural que têm nos seus países e queixam-se da sua falta quando não a têm! Um truísmo: os hábitos criam habituação. Os novos espaços culturais estão a aparecer mas nenhum destes locais do país tinha espaços novos ou modernizados até hoje. Esta proposta que entretanto se tornou numa febre autárquica em ter um centro cultural veio expor uma questão crucial que se coloca antes do financiamento, gestão e programação destes novos espaços. Desde há muitos anos os espectáculos de artes performativas, sejam eles já clássicos ou novas criações, não são apenas representações de um solista ou de grupos de artistas em palco. Estes espectáculos de teatro, música, dança e sobretudo de ópera, têm por trás uma sustentação técnica desenvolvida e mantida por criativos e/ou técnicos qualificados. Quando se fala em itinerância os artistas e técnicos têm a premente necessidade de analisar se as condições técnicas dos teatros onde irão actuar permitem que o espectáculo se possa fazer com o mesmo nível técnico-artístico com que o fizeram no seu local de estreia. Aqui entra a questão da igualdade das condições técnicas dos teatros. Os teatros podem e devem ser todos diferentes por fora e também por dentro no que respeita às condições dos espectadores. Em prol da diferença e da variedade estética deve ser dada total liberdade aos arquitectos que os desenham. No entanto no que respeita às condições técnicas das quais os artistas e técnicos usufruem e delas dependem, estas devem sempre ser minimamente acompanhadas e respeitadas na elaboração de um projecto. Não se pretende que todos os palcos do país sejam capacitados para acomodar uma produção de grandes dimensões de uma grande companhia de ópera itinerante mas devem estar capacitados para que se produza ópera, ou dança, ou música, ou dança ao nível nas dimensões e condições adequadas a cada palco. Neste ponto tem razão o Director do Teatro Nacional São João, Ricardo Pais, quando diz que os teatros devem ter capacidade de produção própria. Diz-se que a Casa da Música (CdM) não tem condições para produzir ópera, é incorrecto. Tem condições para fazer ópera e até mesmo para fazer espectáculos de novo-circo! Basta que o espectáculo se crie especificamente para aquelas condições, já o transporte desse espectáculo para outras salas é que não será fácil pois as características técnicas da CdM são realmente muito específicas. Tenho a certeza que o encenador Franco Dragone do Cirque du Soleil faria algo de único e inigualável à medida da CdM. Um bom encenador, coreógrafo ou outro qualquer criativo, consciente das condições das técnicas limitativas de um auditório menos capacitado não deixará que a sua imaginação e criatividade se tolha perante tais condições. Citando Shakespeare através de Hamlet: "Ser ou não ser, eis a questão: Se é mais nobre no espírito sofrer as fundas e flechas da fortuna ultrajante, ou erguer armas contra um mar de agravos, E, opondo-os, fazê-los cessar." (tradução de António M. Feijó, edição Cotovia). Onde eu pretendo chegar é ao momento do processo em que se decidem os propósitos de um espaço cultural, antes do

primeiro tijolo. Refiro-me à visão, missão, objectivos, estratégia... Por observação de experiências profissionais no campo o cronograma operacional destes processos parece-me estar alterado. Antes de se entregar um projecto por convite sem concurso público, a um arquitecto ou mesmo havendo concurso público com caderno de encargos inerentes ao projecto, a minha opinião é que já antes deverá haver uma equipa não uma comissão pública ou júri mas sim uma equipa de pessoas nomeadas pela qualidade do seu currículo na qual estejam presentes: o promotor do projecto, um director artístico/programador cultural, um consultor técnico/director técnico, um director de marketing/relações públicas e obviamente um director financeiro. Exceptuando o promotor do projecto, este tipo de profissionais especializados é quase sempre aquele que integra o quadro de liderança de um espaço cultural como é o caso dos Teatros Municipais ou Nacionais. Tem, no entanto, acontecido um extravio do processo e as equipas só entram no processo quando o projecto já foi aprovado e muitas vezes já em construção. Já conheci casos limite nos quais o edifício está concluído e só então entra a equipa. Atrevo-me a dizer que é semelhante a construir um hospital e só deixar os médicos e também utentes entrarem no equipamento quando ele está finalizado. Deste modo os projectos não avaliados por uma tal equipa de especialistas na gestão e planeamento de um espaço cultural dão em surpresas, quase sempre negativas, que surgem inevitavelmente... Sobretudo ao nível da área de consultoria técnica de um teatro a situação é ainda primitiva em Portugal. Existem já há alguns anos técnicos e consultores de grande qualidade em Portugal que fizeram já excelentes trabalhos em parceria com arquitectos cientes da necessidade de condições técnicas básicas resolvidas. Gostava de lembrar a afirmação do ex-vereador da Cultura da Câmara Municipal do Porto, Marcelo Mendes Pinto, que disse que o Rivoli é um Ferrari encostado. Pois se o Rivoli é um Ferrari então eu afirmo que o Teatro Municipal de Bragança (TMB) é um Rolls Royce. Na minha opinião o TMB é neste momento um dos palcos mais evoluídos e capacitados do país, em boa parte devido ao excelente trabalho feito pelos consultores do projecto, deixando atrás de si outros espaços já algo desactualizados ou menos capacitados como o Centro Cultural de Belém e o próprio Rivoli. Por outro lado há casos de projectos originais e outros de renovação de espaços já existentes e em funcionamento nos quais se constata que não terá havido um mínimo de cuidado com as questões de avaliação de projecto. Alguns exemplos são: o Auditório do Centro de Artes de Sines, o caso do Centro de Artes e Espectáculos Pedro Santana Lopes na Figueira da Foz ou ainda o caso da Casa da Cultura de Santa Comba Dão. Sem dúvida que a Direcção Artística e a qualidade de uma Programação Artística são de toda a importância, mas quando as características técnicas de um teatro não são avaliadas há uma limitação imediata ao nível das escolhas que um director artístico ou programador poderá fazer para o seu espaço. Um exemplo prático: quando o gestor de digressão ou tour manager promove uma digressão analisa previamente com a sua equipa os teatros onde pretende actuar. Ao analisar as condições verifica não só as condições técnicas e logísticas como também a lotação do teatro. Mesmo que a lotação lhe seja suficiente para obter retorno financeiro da bilheteira todos os teatros que não sirvam as condições técnicas do espectáculo serão excluídos da lista de espaços da digressão. A realidade é esta. Quando se disse em relação ao Rivoli que este espaço é neste momento uma "barriga de aluguer" é por não fornecer praticamente nenhuma programação ou produção própria e limitar-se a estar disponível para os promotores o usarem, alugando-o. Na minha opinião os teatros municipais devem fornecer em primeiro lugar programação de qualidade a preços acessíveis, depois co-produções, e só então o aluguer do espaço a promotores privados pois são teatros construídos ou renovados com fundos públicos. Outro exemplo poderá ser o do TMB que apesar de ter excelentes condições técnicas não tem uma lotação atractiva para a maioria das companhias itinerantes sejam elas produtoras de musicais da Broadway ou produtoras de companhias de dança contemporânea. O TMB tem capacidade técnica para por exemplo receber um espectáculo extremamente complexo como o musical "The Lion King" como também tem capacidade para receber a companhia da coreógrafa

Pina Bausch mas será que qualquer um dos promotores destes artistas estaria interessado em actuar no TMB para uma plateia de 400 espectadores por um dia ou dois e mesmo que a Directora Helena Genésio assumisse todos os custos? No caso do musical acredito profundamente que não. No caso da Pina Bausch será que a directora estaria disposta a "queimar" grande parte do seu orçamento em uma ou duas actuações nesta fase do campeonato do TMB? Investiu-se imenso dinheiro público na construção e ao não investir em programação continuada então será mais um para a "garagem". Quando se trata de projectos de renovação há imediatamente limitações que surgem pela antiguidade dos edifícios mas não poderiam e mereciam os todos os projectos serem bem melhor acompanhados? Mas não só acompanhados como também deviam ser mais respeitadas as equipas de consultores que acompanham os arquitectos, engenheiros e o próprio promotor? Não será do interesse do poder político, seja ao nível do governo como ao nível autárquico, procurar que estas obras públicas tenham melhor avaliação e acompanhamento? A abordagem e análise de um caderno de encargos quando feita por uma equipa de consultores independentes, é totalmente diferente da abordagem feita por um consórcio privado. Quando uso o título "Uma Rede Manca" estou a referir-me exactamente aos projectos que se incluem na designada Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros. Chamo-lhe manca porquê? Esta rede inclui espaços comparáveis a carros de alta cilindrada, outros a motociclos, outros a bicicletas e atrevo-me a dizer que ainda alguns serão como veículos de quatro rodas movidos por força animal. Com esta realidade nunca esta rede será uma verdadeira rede pois os teatros que a constituem estão, como se pode constatar pela análise das suas fichas técnicas (quando as há disponíveis), em diferentes níveis técnico-artísticos como também financeiros. O risco inerente à inexistência de planeamento prévio rigoroso é não só a orçamentação prévia deficitária como a derrapagem dos custos durante o processo de construção durante o qual se vai "descobrir" que "realmente o consultor tinha razão..." e surge também o problema posterior à construção que é o de comportar financeiramente a correcção dos erros não orçamentados por falta completa de consultoria especializada e mais uma vez quem sofre é a programação artística e por conseguinte os contribuintes, vulgo público. Um exemplo do benefício da contratação de um consultor técnico: sendo necessário decidir qual o sistema de amplificação sonora de um auditório com uma lotação de 200 lugares o consultor técnico saberá que nesse espaço é desnecessário optar por um sistema com a potência sonora igual ao de um auditório de 1200 lugares. A diferença de preço entre um sistema e outro pode ser de milhares de euros. A avença mensal ou o valor do preço por hora dos serviços de um consultor é conhecido. Quando não existe um consultor o caderno de encargos passa directamente para as mãos de uma empresa privada. Um consultor é pago para ser isento, coerente e objectivo. Uma empresa privada não.

David Sobral, Designer de Iluminação e Gestor Cultural

22 De Julho de 2006

Moledo do Minho